



Diário Oficial da Assembleia Estadual Constituinte

Nº 58 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1989. ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 24.^a ASSEMBLÉIA
CONSTITUINTE ESTADUAL
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (50). Achantando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Leônidas Chaves, Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

Reunido o Colégio de Líderes informaram à Presidência que não haverá matéria para a votação, na sessão de hoje, tendo em vista que alguns artigos em discussão ainda se encontram no "buraco negro".

A sessão fica dedicada à discussão genérica sobre a Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente:

Eu gostaria de solicitar ao Presidente e ao Relator, com relação à emenda, emenda esta que gostaríamos que fosse esclarecida aos Constituintes, em relação aos Diretores de Colégios. Esta emenda diz: quem ocupar cargo de direção dos colégios da rede estadual, estará prejudicando a sua aposentadoria durante cinco anos.

E nós queremos que a Mesa providencie, de uma forma que se um diretor está na direção de uma escola, ele está prestando serviços na rede de ensino. E nós entendemos que seria uma injustiça até, se os Constituintes cometessem este erro, poderia se dizer, o erro de prejudicar os diretores de colégio.

Porque aí, ninguém mais vai querer ser diretor de colégio, na rede das escolas e nós ficaremos então sem ter diretores.

Eu gostaria de fazer este apelo ao Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa encaminhará o apelo de Vossa Excelência ao Deputado Relator.

Com a palavra o nobre representante de Maringá, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, Sociedade paranaense:

A criação dos Tribunais de Alçada representa, Senhor Presidente, a vontade do povo do interior do Paraná.

Na primeira fase dos trabalhos da Assembleia Constituinte, por determinação contida no Regimento Interno, deixamos de participar das Comissões Temáticas, em razão de nossa eleição para o cargo de Secretário desta Casa.

Tal impedimento, afeto a todos os membros da Douta Comissão Executiva, não nos afastou do acompanhamento dos trabalhos.

Assim que foram concluídos os esboços das Comissões Temáticas, tínhamos ciência de que se havia decidido pela criação de um segundo Tribunal de Alçada, em Londrina.

Para nossa surpresa, o chamado "Anteprojeto I" não levou em consideração os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas e foi apresentado contendo dispositivos completamente diferentes daqueles que haviam sido aprovados naquela fase preliminar.

Alertamos que o Regimento Interno não

havia sido observado, e apresentamos Projeto de Decisão, pelo qual o "Anteprojeto I" deveria ser refeito, reabrindo o prazo para o Relator refazer um novo anteprojeto em dez dias, de conformidade com aquilo que havia sido votado pelas próprias Comissões Temáticas.

Infelizmente, nosso propósito foi distorcido e o projeto de resolução não foi aprovado, sob o pressuposto de que iria atrasar os trabalhos da Constituinte.

O que se deu, como podemos observar, foi o oposto.

Centenas de emendas foram aprovadas, todas elas com obrigatoriedade de serem pertinentes ao que havia sido aprovado nas Comissões Temáticas, e o texto, no que se refere à Organização dos Poderes, foi novamente alterado. Agora, propondo-se a criação de dois Tribunais de Alçada. Um deles sediado em Londrina e o outro em Cascavel. As emendas foram aprovadas e estão em discussão e em votação nessa fase final compondo o texto do "Projeto I".

O assunto é polêmico e mobilizou vários setores da sociedade. Aqui mesmo em Curitiba, onde está sediado o único Tribunal de Alçada do Estado, as opiniões se dividiram.

Resolvemos, então, percorrer o interior do Estado, de Norte a Sul, visitando os Municípios do Oeste e do Sudoeste e chegamos à conclusão de que a criação dos Tribunais de Alçada, realmente, fazem parte da vontade do povo deste Estado, que quer a descentralização da Justiça no nosso Estado. (Palmas).

Como Constituinte, aproveitamos também, Senhor Presidente, a campanha de elevação do número de eleitores, do recrutamento de jovens eleitores, para percorreremos o Paraná.

Chegamos à conclusão que os Tribunais de Alçada são, como disse e como defende o Dr. Francisco de Paula Xavier Neto - Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná - uma vontade do interior do nosso Estado. Mas, como Constituintes, não poderíamos nos deixar levar pelo que poderia ser um mero capricho, procuramos, então, nos certificar se os novos Tribunais efetivamente trarão benefícios às regiões Norte e Oeste, bem como à Justiça do Paraná. Iniciaremos nossa análise pelo manifesto assinado por mais de meia centena de juizes de Direito, que estiveram reunidos no Município de Maringá, no início do mês de junho do corrente ano, dirigido a esta Assembléia Constituinte, propugnando pela criação do segundo Tribunal de Alçada, em Londrina.

Em sua exposição de motivos, os Ilustres Magistrados fundamentam o seu posicionamento, nos artigos 96 e 99 da Constituição Federal, promulgada em 05 de ou-

tubro de 1988, bem como o artigo 27 das Disposições Transitórias.

A descentralização da Justiça é apontada como uma das novas metas que tem por objetivo a modernização do Poder Judiciário, pretendendo levar a Justiça mais perto do povo.

Senhor Presidente, por gentileza, eu gostaria que Vossa Excelência invocasse o Regimento Interno no sentido que os Deputados fizessem um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado. A criação dos Tribunais de Alçada no interior proporcionará, Senhor Presidente, Senhores Constituintes, atendimento mais direto e imediato aos recursos judiciais oriundos de expressiva parcela do território paranaense, sem prejuízo, evidentemente, da criação de novas Varas e Comarcas, cuja matéria será tratada pela Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, como preceitua o artigo 125, da Constituição Federal.

Essa manifestação, hoje, está sendo encampada, Senhor Presidente, por toda a sociedade do norte do Paraná, como pudemos constatar pessoalmente no último final de semana, nas nossas andanças por este Estado.

Mas, se forças ocultas tentarem obstruir a vontade popular, excluindo o texto aprovado nas Comissões Temáticas, na parte que tratava da criação do Tribunal de Alçada de Londrina, essa manobra não surtiu o efeito desejado por ocasião da votação das emendas.

Assim, teríamos que consultar a população do oeste e sudoeste paranaense, pois, o terceiro Tribunal de Alçada está previsto para ser instalado também na comarca de Cascavel.

O resultado de nossa pesquisa foi idêntico àquele que obtivemos no norte: a grande maioria quer a descentralização da Justiça.

A modernização e agilidade da justiça são os principais argumentos daqueles que defendem a criação dos Tribunais de Alçada. A morosidade no despacho de processos, segundo vários militantes nas lides forenses, tem como causa o longo passeio dos recursos e a falta de julgadores nos Tribunais de Alçada e de Justiça.

Todos apontam, quase sem exceção, o Tribunal de Alçada do Paraná, como modelo de organização e de eficiência. Reconhecem, entretanto, que a distribuição de feitos vem crescendo ano a ano, tendo chegado a um limite insuportável para os atuais juizes.

A nova Carta Estadual, como está sendo proposta a emenda do Senhor Relator, pretende manter o texto da antiga Carta, no tocante à composição dos atuais Tribunais de Alçada e de Justiça. Por outro lado, aumenta consideravelmente as atribuições do Tribunal de Alçada e diminui as do Tribunal de Justiça.

Vê-se, desde logo, nobres Pares, que esse posicionamento virá em prejuízo da própria justiça, que, dentro em breve, terá um congestionamento de processos no Tribunal de Alçada de Curitiba.

Não se pode justificar a exclusão dos novos Tribunais de Alçada do texto constitucional, por medida de economia. Para se equipar o atual Tribunal de Curitiba, serão necessárias reformas quase impossíveis de serem realizadas, no prédio do Centro Cívico, que não comporta sequer a elevação de linhas telefônicas ou de carga para aparelhos elétricos. O problema, portanto, não se resume na criação de novos cargos.

Se a mesma alegação pode ser feita em relação aos novos Tribunais que se pretende instalar no interior, temos que considerar a mobilização que está ocorrendo em todos os setores da sociedade que se propõem a adequar as novas sedes com todos os requisitos necessários, aliviando a carga que deveria ser suportada unicamente pelo Estado.

Além disto, os Tribunais de Alçada são os que mais se aproximam do povo, levando-se em consideração que é de sua competência julgar os casos mais comuns e mais simples, tanto da esfera civil como criminal.

Normas constitucionais vigentes prevêem a adoção de juizados de pequenas causas e a assistência judiciária aos necessitados, já, evidentemente, todos sabem, em pleno funcionamento no Paraná, por iniciativa dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente.

Em São Paulo, mais de cem desembargadores julgam os efeitos da competência do Tribunal de Justiça daquele Estado, enquanto que dois Tribunais de Alçada Cíveis e um Criminal atendem aos trabalhos da justiça de segundo grau, e, com a nova carta, também se discute a descentralização. No Paraná, nos últimos cinco anos, o número de feitos distribuídos a cada juiz foi aumentado, ano a ano, sendo que, em 1984, de 3.588 processos, 2.075 cíveis e 1515 criminais, cada juiz recebeu 173 processos cíveis e 190 criminais, enquanto que, em razão dessa progressão, no ano passado, de 8.817 processos, 6.669 do cível e 2.148 do crime, cada juiz recebeu 417 processos cíveis e 269 criminais, totalizando 417, média superior ao dobro daquela prevista para uma boa prestação jurisdicional, desde que o limite tolerável

é de 200 feitos por ano.

Justifica-se, assim, o aumento dos cargos de juizes do Tribunal de Alçada. Ora, se há necessidade de mais juizes, por que não dar-se exercício aos mesmos nos novos Tribunais de Alçada?

Não será por meio de artifícios que já denunciámos desta tribuna, tais como o malsinado voto de liderança nesta Assembléia Constituinte ou a reforma do Regimento Interno, tirando-se toda a competência da Comissão Constitucional, para transferi-la a um só Deputado que a vontade popular deixará de ser atendida.

Se nos recusamos a delegar poderes às lideranças ou ao relator, temos como motivo a incumbência que recebemos nas urnas, de exercermos com dignidade a função de Constituinte Estadual.

Visitamos dezenas de comarcas e seus municípios querem a descentralização da Justiça. Votaremos, pois, pela criação dos Tribunais de Alçada, os quais deverão ser instalados de maneira a levar uma justiça mais ágil e moderna junto à população de nosso Estado.

Quero pedir excusas ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo escasso tempo que Vossa Excelência vai pedir a palavra.

E quero aproveitar, Sr. Presidente, para pedir à Casa que mostre à sociedade paranaense, os Deputados que realmente faltam nas sessões da Assembléia. Vossa Excelência, os Deputados Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, são testemunhas que estamos todos os dias aqui na Assembléia Legislativa e todas as quintas-feiras vamos para o interior do Estado no final da tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu vou contar aos senhores agora, como nasceu o Tribunal de Alçada de Londrina e o Tribunal de Alçada de Cascavel. Está na hora de se falar a verdade.

Naquele canto ali atrás, estavam os Deputados Homero Oguido, Valderi Mendes Vilela e Hermas Brandão.

Eu cheguei à sessão e o Deputado Homero - se estiver aí e quiser me desmentir - veio comigo e disse: "olha, vamos lutar, Luiz Carlos Alborghetti, para a gente colocar no texto o Tribunal de Alçada de Londrina."

Aí eu saí e disse: "Homero, fica tranqüilo, Deputado Hermas Brandão e Deputado Valderi Mendes Vilela, fiquem tranqüilos porque eu vou trabalhar nisso." Eu fui até

o Deputado Algaci Túlio, que está aqui, trabalhei e conversei com ele, fui ao Deputado Rafael Greca, corri ao Deputado Nilton Barbosa, ao Deputado Eduardo Baggio, e comecei a trabalhar. Vejam bem, senhores, está aqui, a menos que não honrem as assinaturas que eu vou dizer.

Votamos com a emenda: Valderi Mendes Vilela, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Homero Oguido, Antônio Bárbara, Orlando Pessuti, Neivo Beraldin, Pirajá Ferreira, Dirceu Manfrinato, Nestor Baptista, que me parece vai sair da Assembléia, Cândido Bastos, Sabino Campos. Quando Sabino assinou, disse: "Vou entrar com a emenda do Tribunal de Cascavel." Eu disse o mesmo, então nós assinamos. O mesmo me falaram os Deputados Cândido Bastos, que está ali, Ferrari Júnior, Valderi Mendes Vilela.

Eu disse: "Valderi, vamos todos assinar. Deputados Pedro Tonelli, Haroldo Rodrigues Ferreira, João Arruda, Nelson Vasconcellos, Basílio Zanusso, Leônidas Chaves, Namir Piacentini - sua assinatura está aqui, Nilton Barbosa, eu acho que o senhor honra a assinatura que colocou aqui, Homero Oguido, Djalma de Almeida César, Deputado Gernote Kirinus.

O Deputado Erondy Silvério assinou, dizendo: "Luiz Carlos Alborghetti, vou assinar contrariado, mas vou assinar por você." O Deputado Lauro Lobo Alcantara, Líder do PMDB, disse-me: "se eu não votar na Comissão votarei em Plenário", e honro a assinatura que está aqui.

Deputada Irondi Pugliesi, Deputados Raul Lopes, David Cherigate, José Felinto, Nereu Carlos Massignan, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Antônio Costenaro, Améria Hruschka, Vera Agibert, Eduardo Baggio, aí eu cheguei ao Deputado Rafael Greca, meu particular amigo, e ele me disse: "Alborghetti, eu não vou assinar, vou analisar".

Cheguei no Deputado Algaci Túlio, esta semana, e falei: "Deputado, por favor, vote comigo". O Deputado Algaci virou-se e disse: "Eu vou votar com você".

Eu tenho sido coerente nesta Casa, não quero mentiras, não quero dizer que sou o dono da emenda. Ninguém é dono desta emenda, nem eu, nem os Deputados Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela, Homero Oguido, nada, nós apenas trabalhamos.

Eu e o Deputado ficamos a semana inteira preocupados. Esta noite, confesso aos senhores, estou aqui abaixo de medicamentos, com uma infecção horrível, me tratando, mas disse que teria que vir para brigar. Não para brigar pela emenda, porque eu assinei, porque todos os senhores assinaram, inclusive o Deputado Antônio Annibelli.

Eu pedi a ele esta semana, falei: "An-

nibelli, vote conosco". E ele disse: "Vou votar com você".

Tanto é que, perdoem, mas numa reunião agora há pouco no Palácio, todo mundo disse. Não gosto de mentiras. Assinamos com Luiz Carlos Alborghetti. Está liberado.

Então, eu só quero aqui, que o Tribunal - que não é meu, não é do Homero, não é do Vereador Gorgoleto que está aqui. É nosso, é de todos nós, é deste Parlamento.

Esta Casa é honrada, é soberana. Tanto é que estou magoado até hoje, porque o Deputado Algaci Túlio perdeu uma emenda, e eu achei um absurdo.

Então me disseram: "Alborghetti, você está defendendo a emenda do Algaci, mas vocês têm que entender que a Constituinte tem que ser pequenina, tem que ser isso." Eu disse: "mas, não é o Deputado Algaci Túlio que apresentou uma emenda para acabar com a picaretagem da violência das drogas porque todo mundo agora é salvador de drogas, aparece na televisão, vem aqui que eu te curo meu filho, e põe a mão em cima do cidadão e depois passa a sacolinha.

Ora, vamos parar com essa brincadeira.

Tantas outras emendas como agora a do corretor, e uma outra emenda que eu disse, eu e o Deputado Haroldo Rodrigues, criando as Varas Especializadas de Menores em todo o Estado do Paraná.

Tem hora que a gente ganha e tem hora que a gente perde. O Deputado Basílio Zanusso entrou com uma emenda idêntica à minha, agora há pouco, e falou: "Alborghetti, acho que vamos nos unir, que vamos perder um pouquinho aqui mas ganhar um pouco lá".

Isso é muito importante. Eu não venho aqui nesta tribuna dizer que a emenda do Alborghetti, do Valderi, do Homero, ou do Dirceu Manfrinato, quem quer que seja, eu vim aqui pedir com humildade a esses companheiros, eu quero que seja mantido o artigo 124. Haverá três Tribunais de Alçada, com sede em Curitiba, Londrina e Cascavel, com jurisdição territorial definida pela Lei de Organização e Divisão Judiciárias, sendo que o da Capital será composto por um mínimo de 25 juizes, os de Londrina e Cascavel, por um mínimo de 17.

Eu até concordo que seja diminuído o índice de juizes, tanto é que eu fui ao meu querido Deputado Edmar Luiz Costa, "briguei" com o Deputado, briguei no bom sentido, discuti com o Deputado Edmar: "Alborghetti, não vou assinar, não vou votar com você".

É bonito isso. O senhor sabe disso. Quantas vezes fiquei aí atrás do senhor, "assina aqui, pelo amor de Deus, eu preciso desses votos para que continue o artigo 124 na Constituinte". Então, eu só queria que o Tribunal, que não é do Valderi, do

Deputado Hermas, do Deputado Homero, não é meu, mas sim deste Poder, o Tribunal é desta Assembléia, respeito aqueles que vão votar contra, e respeito aqueles que vão votar a favor. Mas tenho certeza e tenho fé em Deus, que essas 34 assinaturas, 35 com a do Deputado Algaci Túlio, que eu não estava com ela, mas passarei às mãos do Deputado Algaci Túlio, essas 35 assinaturas haverão de ser honradas neste Parlamento.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Apenas nós queremos registrar nos Anais da Constituinte, do trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo. Nós queremos ser testemunho, nesta tarde, tivemos oportunidade inclusive de conversar algumas vezes e o que eu acho importante, meu caro Deputado, foi a sua luta em conjunto com o Deputado Homero Oguido, que é um grande representante da região de Londrina, como Vossa Excelência o é. Na verdade, teremos aqui a decisão dos Constituintes através do voto. Mas o julgamento maior desse trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo será, sem dúvida nenhuma, o reconhecimento do Poder Judiciário do Paraná, que também sonha e deseja a criação desse Tribunal.

Nós recebemos em nosso gabinete, já, várias assinaturas de juizes de Direito do interior do Paraná, que desejam que este sonho não fique apenas no sonho, mas que seja a grande realidade de Londrina e de Cascavel.

Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência, parabenizar o Deputado Homero Oguido, por esse trabalho. E nós sabemos que esta luta foi uma bandeira que Vossa Excelência está carregando, e damos o apoio até o fim, para a grande conquista desta vitória.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar.

É muito fácil chegar aqui e fazer um "baita de um carnaval" com o Poder Judiciário. É a mesma coisa que chegar aqui e fazer um "baita carnaval" com a Polícia Civil, com a militar! Eu não gosto destas coisas. Eu, por exemplo, sou a favor da isonomia da Polícia Civil, da Militar, e acho que todo mundo tem que ganhar bem. A única coisa que eu gostaria de deixar patente, nesta Casa, e que eu queria que ficasse registrado: a briga do Tribunal de Alçada começou ali atrás: eu, Homero Oguido, Valderi Mendes Vilela e o Deputado Hermas Brandão. Foi ali que saí apavorado atrás destas assinaturas. Estão aqui todas as assinaturas. Aqui não tem pai, nem filho, nem mãe. Isto aqui é nosso!

É muito fácil a gente chegar, agora, na frente da imprensa e dizer:- não, porque eu lutei, porque eu vou levar. Não precisa disto não, gente. Se nem quiserem tocar no meu nome, tudo bem! Não estou preocupado com isto. Se quiserem colocar meu nome na imprensa, coloquem. Não dependendo disto para me eleger Deputado. Só dependendo do povo. Quem trabalha não tem medo do povo. Eu não tenho medo do povo. Por isto fui o Deputado mais votado do Estado. Não estou preocupado com isto não. Não estou preocupado em aparecer na imprensa, se a emenda é minha, ou deixa de ser minha.

Estou preocupado é que o Tribunal de Alçada saia. E com todos nós juntos. Acabou.

Não preciso chegar aqui nesta tribuna e dizer porque eu vou, porque nós vamos. Não. Nada disto. Não quero nem falar. É que um fala uma coisa, outro fala outra...

Começou ali atrás. Tenho assinaturas de todos que se propuseram...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. NILTON BARBOSA - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Só queria deixar, aqui, um registro e pedir também que o Senhor Presidente pudesse conceder um pouco mais de tempo para o orador que está na tribuna. É um trabalho brilhante que desde o início vem trazendo em benefício da comunidade de Londrina, e porque não dizer de todo o Norte do Estado do Paraná, precisa de tempo para poder defender a sua tese.

Gostaríamos de registrar o nosso reconhecimento para com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para com o Deputado Homero Oguido e outros Deputados que sentimos a participação.

Mas na verdade, caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, há pessoas que aproveitam do trabalho não só de V. Exa., mas como de outros Deputados. Agora há pouco até pensei que o autor da emenda fosse o Deputado Lindolfo Júnior, de Maringá. Ele se pronuncia com tanta veemência e ênfase que achei que fosse dele. Quem me socorreu nesta dúvida foi o Deputado Dirceu Manfrinato.

Porque nós, desde o início, temos acompanhado o seu trabalho, o trabalho do Deputado Homero Oguido, o trabalho da Câmara de Vereadores em Londrina, dos segmentos organizados de Londrina.

Inclusive na oportunidade gostaria de registrar também a presença de Dom Geraldo Agnello, Arcebispo de Londrina, que está em nossas galerias.

É difícil citar todos os nomes de companheiros que tivemos a oportunidade de, nesta caminhada pró-Tribunal de Alçada

conhecer. Amigos, pessoas ilustres de Londrina.

Além disso quero deixar registrado o reconhecimento do trabalho feito por todos os segmentos da comunidade de Londrina, do Norte do Estado. Em especial ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao Deputado Home-ro Oguido que aqui, no contato constante com os companheiros Parlamentares, têm em todo o momento solicitado o apoio. E nós que já assinamos o documento de manifestação de apoio para o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, queremos deixar registrado já, antecipadamente, o nosso voto favorável ao Tribunal de Alçada de Londrina, de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Pela primeira vez na história deste Estado contra o separatismo que existe das lideranças políticas deste Estado Maringá abre mão. Abriu mão do Tribunal de Alçada, de brigar pelo Tribunal de Alçada, em favor do Tribunal de Alçada de Londrina. E juntamente com a classe empresarial, com as lideranças políticas, com o Prefeito Municipal, com a Câmara de Vereadores, todos nós, Deputados de Maringá, nos sensibilizamos com a proposta. Nos reunimos com os Magistrados do Interior e resolvemos abraçar a causa do Tribunal de Alçada de Londrina e de Cascavel.

A autoria, todos nós sabemos, é de V.Exa. e dos demais Parlamentares desta Casa. Mas vale a pena registrar que um trabalho foi feito, que uma reunião foi feita também em Maringá, dos Magistrados, com o Dr. Francisco de Paula Xavier Neto. E quando o Deputado Nilton Barbosa cita que pelo discurso que fazíamos, a emenda parecia nossa. Eu, sinceramente digo aos nobres Deputados Constituintes, Nilton Barbosa, que me considero também autor desta proposta porque não estive somente em Maringá e na região de Maringá, estive também com a Comissão, com o Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Tadeu Felismino, com as Lideranças de Londrina lutando por esse Tribunal, que será um Tribunal do Norte do Estado, que atenderá Maringá, que atenderá Londrina, que atenderá o Norte Pioneiro, o Noroeste e o Tribunal de Alçada também do Oeste do Estado.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tudo bem.

(Soam os tímpanos).

Só para finalizar. Até concordo com V.Exa. Para mim, tudo bem. Não tenho tempo de conversar com juiz, com promotor, e V.Exa. sabe que não tenho tempo para isso. Não tenho tempo de estar conversando com vereador. Não tenho tempo, a minha vida

é... levanto às seis da manhã, tomo o meu pingadinho, vou para a televisão, vou para a Assembléia. A minha máquina de seres humanos está lá, lotada. Não tenho tempo de ficar conversando. Porque se perdermos aqui, ninguém vai ganhar. O meu trabalho é aqui, aqui dentro. Se eu tiver o voto do Edmar, do Rafael, do Algaci, do Tadeu Lúcio Machado, do Nelson, do José Alves... não adianta eu ir conversar - com todo o respeito que tenho pelo Poder Judiciário-, sair daqui...

(Soam os tímpanos).

Deixe-me terminar o meu desabafo, pelo amor de Deus. Então não adianta eu sair daqui e ir me reunir com juiz em Maringá, não resolve nada! Se perder aqui, perdeu, acabou! A minha reunião é aqui, não quero saber! O meu negócio é trabalhar aqui, pegar o meu "macaco", telefonar. Deputado Nelson Vasconcellos, por favor, assine aqui para mim, que estou indo na sua casa agora, e o Nelson sabe que eu vou lá. Deputado Algaci pelo amor de Deus assine aqui, Nilton, assina aqui, Rafa, tanto é que um outro dia eu falei vou pegar o Rafa na saída - e me perdoa a intimidade para me assinar aqui.

O problema é o seguinte, e concordo, é muito bonito fazer reunião, sair na "Folha de Londrina", é muito bonito! Não estou preocupado com "Folha", com Jornal, mas é muito bonito. Agora, se você perder aqui, Lindolfo Júnior, você está "ralado"! Aqui é que é a máquina. Aqui é o voto de todos. Aqui não adianta você participar de reunião no Palácio, conversar com o Álvaro Dias, com o Secretário, com o juiz, etc., se aquela máquina que está ali sentada, o Presidente, aquilo lá é um "guru", rapaz. Se o homem arquitetar, a gente tem é que tomar cuidado é com aquilo ali. Não estou preocupado com reunião de lá, de cá. Eu tenho é que dormir acordado é com o homem que está ali sentado na Presidência, rapaz. Esse homem pode me derrotar, pode derrotar a nossa emenda. Estou é preocupado com ele, não estou preocupado em participar de reunião, falar bonito. Ah! porque nós vamos fazer, nós vamos trazer o Tribunal.

Isso aí não resolve nada. O que resolve é ganhar aqui dentro desta Casa. Se você ganhou aqui, você está bem. Se perdeu aqui, não resolve nada fazer reunião. Mas eu vou ganhar, viu, Senhor Presidente. Eu não, nós iremos ganhar. E Londrina terá o seu Tribunal de Alçada e Cascavel também. Tenho fé em Deus!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) -

Nós gostaríamos de registrar a presença do ex-companheiro desta Assembléia Legislativa do Estado, hoje Prefeito da Cidade de Londrina, Antônio Casemiro Belinati. E também a presença do Prefeito de Londrina demonstra a luta e o grande interesse de criarmos o Tribunal de Alçada no Município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do nosso companheiro e amigo, Antônio Belinati, Prefeito de Londrina.

E quer dizer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti que a Presidência não vai influenciar nem a favor e nem contra a criação dos Tribunais de Alçada, mesmo porque nem vai votar.

Deputado Edmar Luiz Costa com a palavra.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de enfrentar uma enfermidade que me deixou no hospital durante dezesseis dias, gostaria de fugir um pouco do assunto central dessa sessão para fazer alguns agradecimentos.

Primeiro, meus companheiros, mais do que nunca, por mais difícil que comece o dia, por mais complicado que termine o dia, nada mais justo que cada um de nós sempre se lembre de uma coisa: agradecer o dia a Deus. Porque é Ele que dispõe sobre a nossa vida e as dificuldades que enfrentamos, é porque Ele deseja que o enfrentemos e demonstremos se realmente temos fé, e é a razão de continuarmos por aqui.

É importante nesta hora, companheiros, o carinho, o afeto da família, da esposa, dos filhos, dos demais parentes, que não faltaram um segundo sequer. Nós estávamos enfrentando, na família, um problema muito mais sério que o meu.

Gostaria de agradecer aos amigos, e quando falo amigos, são os velhos companheiros meus, desde os bancos escolares, são os funcionários de meu gabinete, são os funcionários desta Casa que jamais me negaram apoio e carinho. Agradecer aos Srs. Deputados. Não imaginei que pudesse receber tanta solidariedade, através de visitas, telefonemas, telegramas e sei que muitos também rezavam, para que a gente pudesse retomar o trabalho normal.

Agradecimento todo especial ao Dr. Félix Rego Almeida, e a Dra. Elizabeth Valente Almeida, incansáveis até hoje, do tratamento que me dispensaram. E o que é mais importante, Sr. Presidente, e quero deixar como testemunho a esta Casa, dezesseis dias e mais uns dez ou doze em casa, lendo, refletindo, vendo televisão, acompanhando os trabalhos da nossa Constitui-

ção, acompanhando os trabalhos dos demais Estados, cheguei novamente à mesma opinião que tenho manifestado nesta Casa.

É bem possível que erros ela venha a conter, aliás, humanamente ela tem que conter alguns erros, mas ela é a mais equilibrada, a mais concisa e não foi dominada por "lobbies" radicais, e nesse particular é que me senti honrado de pertencer a este colégio, porque senti agora, como antes dos trabalhos preliminares, que todos os senhores conseguiram desvestir a camisa partidária, conseguiram esquecer oposição e governo, e passaram todos, como irmãos, a pensar apenas no fato mais importante de todos é o Paraná de amanhã, um Paraná pujante, um Paraná livre de radicalismo e um Paraná que tem uma Constituição que deixa o seu povo trabalhar.

Fica este testemunho e o meu profundo agradecimento, ao Presidente Anibal Khury, ao Secretário Tadeu Lúcio Machado, a todos os senhores que, de um modo ou de outro, me auxiliaram, e como Deus - eu disse - dispõe sobre a nossa vida, por mais difíceis que sejam as votações, a partir de amanhã, por mais complicadas, por mais discussões que ocorram ao final do dia, vamos todos agradecer a Deus, por mais um dia bem vivido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia está feliz, com o retorno do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, um dos mais brilhantes Parlamentares desta Casa e que tem dado, sem dúvida alguma, uma contribuição expressiva à nova Constituição do Estado do Paraná, seja bem-vindo, Deputado Edmar Luiz Costa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente nós queremos apresentar aqui as nossas saudações ao ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, e dizer-lhe que esta Assembléia Legislativa se sente hoje alvissareira, feliz, por poder contar novamente com a sua presença, com a sua inteligência, trabalhando ao nosso lado, aqui nesta Assembléia Legislativa.

Nós ouvimos as explanações do Deputado Lindolfo Júnior, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e demais Deputados, com relação ao assunto Tribunal de Alçada de Londrina e de Cascavel.

Queremos, somente, nesta oportunidade, como Deputado representante da cidade de Cascavel, representante do Oeste do Paraná, lembrar aqui o início das votações da Comissão Constitucional. Naquela oportunidade, vários Deputados apresentaram propostas criando Tribunais de Alçada em algumas cidades do interior de nosso Esta-

do, e todas eram propostas compatíveis, todas estas propostas poderiam ser aprovadas pelo Plenário da Constituinte Estadual.

Mas, o bom senso prevaleceu, o bom senso - eu afirmo aqui, no sentido de poder interiorizar as ações da Justiça em regiões que dividissem o interior do Paraná equitativamente, e que nós pudéssemos ter um Tribunal de Alçada, na região de Londrina para poder atender a região Norte do Paraná, e o Tribunal de Alçada de Cascavel, para atender o Noroeste Oeste e o Sudoeste do Paraná.

Nós temos plena convicção que já é uma matéria absorvida e definida pelos Srs. Constituintes, que, em momento algum, não negarão ao interior do Paraná o seu direito de defender a tese da interiorização da ação da Justiça, tese inclusive definida pela Constituição Federal.

Portanto, eu acredito que, na votação de amanhã, haveremos de rejeitar a emenda que elimina a criação do Tribunal de Alçada de Cascavel e de Londrina e ficará escrito, definitivamente, na Constituição do Estado do Paraná, no seu Artigo 124, a criação do Tribunal de Alçada de Londrina e da nossa Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados:

Há dias atrás, assinamos um manifesto em apoio à criação do Tribunal de Alçada da Cidade de Cascavel, e nós, um Deputado representante do Norte do Paraná, precisamente da Cidade de Maringá, que não assinamos ainda esse apoio à criação do Tribunal de Alçada em Londrina, quero dizer também, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que é claro que jamais poderíamos votar contra a criação do Tribunal em Londrina.

Portanto, quero deixar, aqui, claramente, que o meu voto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será para a criação do Tribunal de Alçada de Londrina que virá favorecer Maringá e toda a região Norte do Estado, assim como também a criação do Tribunal de Alçada, em Cascavel, viria, de igual maneira atender toda a região Noroeste.

Portanto, somos favoráveis e votaremos a favor da criação do Tribunal de Alçada, em Londrina, porque o Norte do Paraná precisa também ser melhor atendido, porque de Maringá tudo será na capital, e nós, Norte do Paraná, uma região forte, de povo que trabalha, precisamos ter em Londrina, a criação do Tribunal de Alçada. O meu voto é a favor e votarei quantas vezes for pre-

ciso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A criação dos tribunais de Alçada, no interior do Estado do Paraná, teria um óbice se fosse redundar num montante de recursos financeiros que prejudicasse o bom exercício da Justiça no Estado do Paraná.

Mas desde hoje, quando em Palácio a comunidade se reuniu com o Governador do Estado que é o Chefe do Executivo, que tem acesso às informações financeiras, e o Líder do Governo, o Líder do Governador Álvaro Dias, na Assembléia Legislativa, retirou a sua emenda que impedia a criação dos Tribunais de Alçada, parece-me que este óbice já não existe mais, porque, com toda a lealdade eu não imagino que o Líder do Governo tenha retirado a emenda apenas para retirar ou para agradar as pessoas que lá foram conversar com ele.

Eu entendo que o Líder do Governo deve ter retirado a emenda porque deve ter sido feito uma análise sobre o impacto financeiro das criações desses Tribunais no interior, e verificado que isto não é problema. Não sendo problema parece-me que a criação dos Tribunais de Alçada deve merecer a aprovação unânime desta Assembléia Legislativa, porque aquele óbice então levantado não existe mais.

Daí que declaro, desde já, meu voto favorável à criação dos Tribunais de Alçada no interior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Ordem do

Dia para a sessão de amanhã e as sessões subseqüentes. Votação, a partir do artigo 146 até o artigo 234 e também as emendas adiadas dos títulos anteriores. Do 146 ao 234, que é o término propriamente da Carta Constitucional e as emendas adiadas dos títulos anteriores.

A Mesa avisa aos senhores Deputados que não haverá mais sessões sem votações, até que a gente conclua a fase inicial da Constituição.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NILTON BARBOSA - Só gostaria que fosse inserido nos Anais da Constituinte a presença aqui do companheiro, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado por diversas vezes do Dr. José Maria de

Azevedo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será registrado. Solicito o comparecimento dos Senhores Deputados nas sessões que nós vamos fazer, e talvez concluamos essas votações até sexta-feira, a fim de que possamos promulgar essa Constituição ainda no prazo constitucional de 05 de outubro.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, nós temos duas pautas em mão. Uma pauta que diz respeito ao título 5º, e outra pauta que diz respeito ao título 6º. Eu quero indagar da Mesa se nós receberemos novas pautas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- Vão receber. Cada Deputado receberá, inclusive com emendas com o parecer do Relator.

O SR. RAFAEL GRECA - Ainda quero indagar de Vossa Excelência se nessa votação que se pauta para a sessão de amanhã, já estão incluídas as Disposições Transitórias também, ou não?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não. Nós iremos até o 234, que é o final da Constituinte e após vamos às Disposições Transitórias.

O SR. RAFAEL GRECA - Então eu encareço da Mesa que as pautas cheguem aos nossos Gabinetes em tempo hábil para a gente se

preparar para a discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- A Mesa vai determinar que as pautas sejam entregues aos Senhores Deputados com horas antes da votação.

Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de pedir ao Deputado Edmar Luiz Costa, fazer um apelo para que ele retire a sua emenda tentando suprimir os Tribunais de Alçada de Londrina, de Cascavel, e eu tenho certeza que até amanhã ele analisará, conversando com os companheiros Deputados, com aqueles que lutam pela interiorização da Justiça em nosso Estado, e retirará a sua emenda suprimindo os Tribunais de Londrina e Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO DOS TÍTULOS V e VI, compreendendo os artigos 146 a 234, e também as EMENDAS adiadas, dos títulos anteriores.

Levanta-se a sessão.